

CORONELISMO NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA: ANTÔNIO PRADO (1903-1928)

MÁRCIO ALEX CORDEIRO BIAVASCHI^{**}

RESUMO

Objetiva-se analisar as condições da manutenção do coronelismo na Região Colonial Italiana (Antônio Prado, especificamente), sobretudo o modo como os colonos se organizaram para se fazer ouvir politicamente, enquanto grupo de pressão a fazer frente às imposições do poder estadual do Partido Republicano Rio-Grandense.

PALAVRAS-CHAVE: coronelismo, relações de poder, borgismo, colonização italiana.

ABSTRACT

CORONELISM IN COLONIAL ITALIAN REGION: ANTÔNIO PRADO (1903-1928)

This study examines how the coronelism was maintained in Italian immigration sites (Antônio Prado, specifically), especially how this population organized itself to speak politically as a pressure group before the state power of Rio-Grandense Republican Party.

KEY WORDS: coronelism, power relationships, borgism, Italian colonization.

Neste artigo observar-se-á como os pressupostos da História Política auxiliam na análise das relações de poder existentes na Região Colonial Italiana (RCI), a partir da perspectiva de que a pesquisa histórica não pode estar desvinculada da política, pois a eliminação do aspecto político levaria ao abandono de toda dialética entre presente e passado. Auxiliares imprescindíveis à pesquisa histórica, os conceitos teóricos não são simples peças a encaixarem-se na pesquisa. Servem para, a partir das bases teóricas, esclarecer algumas questões levantadas na pesquisa empírica, como o conceito de poder e suas relações.

Contudo, não se pode cair na incoerência de tomar uma parte pelo todo, construindo um conhecimento a partir da análise de vestígios pertinentes apenas a uma especificidade contextualizada e difundindo-o à totalidade de uma formação social. Para tanto, novos estudos sobre história regional podem apresentar episódios e ações, nomeadamente

^{*} Doutor em História – PUCRS.

ocultos pelas generalizações, não se tratando de privilegiar o particular em relação ao total, mas recuperar o que, à primeira vista, apresenta-se como imperceptível na totalidade de um fenômeno.

Contando que a apreciação de uma perspectiva particular não pode estar isolada de uma conjuntura mais ampla, onde as relações são formadas dialeticamente, necessita o historiador aguçar sua percepção a partir do fato de que, “quando se quer olhar de muito perto, a árvore esconde a floresta; e, sobretudo, por não se ter construído o espaço, não se tem nenhuma chance de ver de onde se está vendo o que se vê” (BOURDIEU, 1990: 158). Enfatizando a investigação das relações políticas entre Borges de Medeiros, coronéis, imigrantes e seus descendentes, tem-se a percepção da pretensão borgista em manter sua preeminência sobre o campo de interação das relações de poder, como era o campo político em que se inseriam as disputas entre as lideranças econômicas regionais e os coronéis.

Deve-se passar da análise das políticas públicas, das decisões governamentais, do estudo institucional do Estado, para o estudo do poder, privilegiando a análise de acontecimentos políticos a serem revistos, ponto de partida para uma História renovada e compreensiva, pontuando que “a História Política, da mesma forma que a História Regional, não se constitui em um método”, mas “uma temática da História” (VISCARDI, 1997: 85). Ao aprofundar as questões relativas ao processo político rio-grandense, enfatiza-se a investigação das relações de poder, a partir do intercâmbio existente entre a política institucionalizada e a sociedade vista sob um ponto de vista cultural, econômico e ideológico.

Compreende-se o “político” como instância que atravessa toda sociedade, estando presente em todos os seus domínios, englobando as relações que se estabelecem entre as práticas, as crenças e as representações sociais, além de evidenciar, a partir da análise das experiências históricas, as distintas maneiras pelas quais os vários sistemas e setores das relações sociais se articularam.

Sendo a política entendida não como um fato isolado, mas como atividade que se relaciona com a conquista, a prática e a manutenção do poder, tem relação direta com o Estado e a sociedade, sendo concebida num sentido ampliado, envolvendo o estudo da análise do discurso, das manifestações e da construção de mitos fundadores. A política compreende algo muito mais abrangente do que o sistema político-partidário, envolvendo todos os âmbitos e domínios da vida coletiva em sociedade.

O poder político caracteriza-se pela exclusividade do uso da força em relação aos grupos que atuam em um campo social, no sentido de monopolizar a posse e o uso dos meios com que se possa exercer a

coação física ou simbólica. Em relações de poder, os que a exercem e os que são a ela submetidos “realizam cálculos em que visam a maximizar as suas vantagens”, de modo que “quem procura exercer o poder avalia a relação custo-benefício entre as vantagens a serem obtidas com o comportamento daquele que se submete e os custos necessários”, tendo em vista a obtenção da submissão; já da “parte de quem se submete, o cálculo diz respeito ao que ele ganharia ou perderia com a obediência ou com a insubmissão”, tornando-se evidente que “quem procura exercer o poder precisa saber os bens que são valorizados por aquele a quem ele pretende coagir”. Assim, o poder é uma “estrutura de relações que distribui os indivíduos em posições socialmente hierarquizadas, definindo acessos desiguais a recursos sociais estratégicos” (PERISSINOTTO, 2007: 314-315).

As relações de poder têm como ponto fundamental o campo político, onde os grupos sociais atuam e disputam poder de influência. O poder é construído e se mantém através do conjunto de princípios que norteiam os grupos sociais, sendo relacional ao emanar das relações entre indivíduos ou grupos, onde se torna algo que se exerce, que se efetua e funciona para determinado fim no campo social. Para defini-lo “não basta especificar a pessoa ou o grupo que o detém e a pessoa ou o grupo que a ele está sujeito”, mas “determinar também a esfera de atividade à qual o Poder se refere”, ou seja, “a esfera do poder”, pois “a mesma pessoa ou o mesmo grupo pode ser submetido a vários tipos de Poder relacionados com diversos campos” (STOPPINO, 2004: 934).

As elites políticas, por sua vez, são os grupos que disputam o poder e que têm o controle político de uma sociedade, ou, ainda, que possuem a capacidade e o privilégio de tomar decisões, por estarem ocupando cargos políticos e públicos. Conforme Flávio Heinz, “a ideia de elites repousa sobre um postulado simples: em cada sociedade, assim como em cada grupo, classe ou meio profissional, uma minoria controla as rendas mais importantes e as decisões relativas ao conjunto dos indivíduos” (2006: 42). Segundo esse autor, certas elites são reconhecidas pelo seu peso econômico, outras por sua influência política.

Uma História Política embasada e aberta aos elementos ideológicos, políticos e culturais, necessita desnaturalizar o Estado ao deixar “de percebê-lo como um universal que paira sobre as relações cotidianas”, e passar “a reconhecê-lo como um produto das relações de poder socialmente legitimadas, [...] como um artefato cultural” (PACHECO, 2008: 176). Não estando a apreciação restrita, portanto, às manifestações estritamente institucionais, mas ampliando a perspectiva na direção da diversidade de elementos que compõem a cena política, como aqueles de natureza cultural, deve-se tomar o cuidado de não

“abordar apenas a ‘política’ como se fosse esta a única forma/lugar do poder” (FALCON, 1997: 62).

Analisando questões relativas ao campo político rio-grandense e o espaço de atuação do coronelismo, observa-se, através da documentação, os acontecimentos ocorridos, reconstruindo-os. Na análise das relações de poder entre imigrantes italianos e coronéis na RCI e destes com Borges de Medeiros, se utilizará o conceito de campo, como “um espaço social estruturado, um campo de forças”, onde se apresentam dominados e dominantes, local em que ocorrem “relações constantes, permanentes, de desigualdade”, sendo “um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças” (BOURDIEU, 1997: 57).

Esse conceito auxiliará a observar como se davam as relações de poder entre os sujeitos em questão. Os imigrantes italianos e seus descendentes eram elementos políticos em ascensão no interior do campo político regional, fazendo sentir, como grupos de pressão, frente ao poder estadual capitaneado por Borges de Medeiros, o peso de suas reivindicações políticas e econômicas, através de relações de poder que variavam conforme a realidade concreta. Estas relações representavam um processo racional de barganha política entre as partes componentes daquele campo de poder, onde os confrontos políticos tomavam forma.

Os imigrantes, carentes de recursos públicos, se não enveredavam na oposição ao borgismo, devido aos elevados custos que uma ação dessas acarretaria, condicionavam seu apoio ao PRR, pois “sempre que se apresentasse uma oportunidade para demonstrar independência, esta se manifestava”, como em momentos nos quais a liderança do campo político sofresse contestações, tendo como base alguma instituição, Igreja, associações ou cooperativas, “que o governo não podia ignorar” (GERTZ, 1991: 27). A imposição de intendentess não ligados à estrutura de poder local e regional, por exemplo, acarretava ao PRR inúmeros problemas em relação às lideranças locais afastadas do poder municipal.

O clientelismo perpassa toda a história política e social brasileira, desde o período colonial até os dias atuais. A RCI do Rio Grande do Sul não fugiu à regra. A colônia de Antônio Prado foi fundada em 14 de maio de 1886, sendo a sexta e última das chamadas “antigas colônias da imigração italiana”. O nome da colônia foi dado em homenagem ao Ministro da Agricultura na época, que favoreceu a instalação de núcleos coloniais no Rio Grande do Sul. Em 26 de setembro de 1892, passou a ser o 5.º distrito de Vacaria. Em 11 de fevereiro de 1899, Borges de Medeiros separou Antônio Prado de Vacaria, constituindo-o em município autônomo, sendo sua instalação em 25 de maio do mesmo ano. A 11 de março, foi nomeado como juiz distrital Francisco Marcantonio.

Para administrar o município, foi nomeado o coronel Innocencio de Mattos Miller. A 1.º de agosto verificaram-se as primeiras eleições municipais para Intendente e para o Conselho Municipal, sendo que a posse dos eleitos deu-se em 21 de agosto de 1899: Intendente: Cel. Mattos Miller; Vice-Intendente: Firmino L. G. Abreu; e os Conselheiros Municipais: Domingos Donida, Francisco Busatto, João Carneiro de Mesquita, João Miller, José Dotti, Pasqual Mangieri e Victorio Faccioli. Votaram 250 cidadãos devidamente qualificados, maiores de 21 anos, alfabetizados, do sexo masculino. O Cel. Mattos Miller, em um primeiro momento, administrou o município de 1899 até 1907 (BARBOSA, 1980: 33-38).

Natural de Passo Fundo, nascido em 1865, o tenente-coronel da Guarda Nacional Mattos Miller assumiu a Intendência Municipal quando contava apenas 34 anos de idade, para uma primeira gestão que iria até 1903. Nesse ano foi reeleito para um segundo mandato. O intendente nomeado e, em seguida, eleito, Mattos Miller, além de ter sido uma personalidade política dominante nas duas primeiras décadas de vida do município, foi um dos maiores pedintes de favores ao governo estadual:

Ainda antes de tomar posse da Intendência, Miller telegrafou ao Presidente do Estado em 12 de março comunicando [1899]: “Victorio Faccioli e Marcantonio concordaram aceitar” [os cargos de juiz distrital e delegado]. Francisco Marcantonio foi o primeiro juiz distrital, cargo do qual pediu dispensa já no mês de julho, quatro meses depois. Para os ofícios judiciais, indicou Firmino Luiz Gomes de Abreu para o tabelionato e Ferraz d’Elly para o ofício de casamentos. A indicação de Firmino Abreu foi secundada pelo Intendente de Vacaria, Avelino Paim, e no telegrama deste último pode ser lido um despacho de Júlio de Castilhos, com sua própria letra: “Julgo atendível. Tenho boas informações sobre este Firmino de Abreu”. É curioso tal despacho, porque Júlio de Castilhos já não era o Presidente do Estado, e sim Borges de Medeiros, porém aquele exercia a chefia do Partido e tinha estreita ingerência na administração. A partir de 1907, o intendente Inocêncio Miller entrou em guerra aberta com o notário Firmino Abreu, passando a insistir pelo seu afastamento do município. Em sua primeira investidura como Intendente, Miller tivera Firmino como seu vice-intendente (FRANCO, 2008: 76-77).

Muitas vezes a linguagem expressa nas cartas revela a prepotência típica de quem exige, mais do que solicita, sempre pontuando pela brevidade no atendimento de seus pedidos: “tomo a liberdade de solicitar a bem da política local a nomeação do cidadão Diner Vieira de Lemos, para o cargo de Juiz Distrital desta Vila e tenho interesse que este pedido seja atendido com a máxima brevidade”¹. Ou então: “Terminando, rogo a V. Ex.

¹ Carta de Innocencio de Mattos Miller a Borges de Medeiros (n. 0143, 17/08/1901 –

– com o máximo interesse – empenhar-se pela exoneração, o mais breve possível, do atual coletor federal Edmundo D. Oliveira”.²

Devido ao seu caráter subjetivo, as cartas expõem os posicionamentos e as experiências individuais como reflexos de um grupo político e social. O clientelismo e a necessidade de concessões e benefícios do poder público eram presença constante na correspondência, em pedidos de transferência, nomeações e apadrinhamentos, no patrimonialismo, no nepotismo e no acúmulo de cargos públicos. Contudo, imprescindível para a análise do coronelismo, é a razão da solicitação, ou seja: o “que a correspondência traz de mais importante, no entanto, não são os pedidos em si, mas suas justificativas. São elas que nos revelam a razão clientelista, isto é, os valores sociais e a visão de governo que sustentavam moralmente os pedidos” (CARVALHO, 2000: 94). A extensão do fenômeno clientelista e sua presença na política e na sociedade é observada em mais um pedido do intendente Mattos Miller. Vejamos:

Saúdo afetosamente a V. Ex. Esta tem por fim consultar-vos quanto a uma pretensão. E vendo o atual Notário desistir do cargo, venho por intermédio desta ouvir a vossa opinião quanto a minha nomeação para o referido cargo. O motivo de minha pretensão é ser por demais exíguos os meus vencimentos como intendente. Dado a minha nomeação os serviços administrativos não sofrerão, porque não irei exercer o cargo e sim um ajudante. Aguardando de V. Ex. a solução que rogo ser com a possível brevidade.³

O coronel Mattos Miller chega a estipular prazos para suas solicitações serem atendidas: “o mais breve possível”, ou “com a possível brevidade”, o que seguramente pode inseri-lo na classificação dos “pedintes arrogantes” de José Murilo de Carvalho. Segundo esse autor, “o pedido, a recomendação, a intermediação, a proteção” evidenciam a amplitude do clientelismo, cuja “prática era tão condenada quanto arraigada” (CARVALHO, 2000: 84).

Em 1903, após ser reeleito, Mattos Miller telegrafa a Borges: “Tenho de prover o cargo de vice-intendente, considerando igualmente dignos dessa investidura nossos amigos Archimimo Gomes de Barros,

Fundo Antônio Prado/Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

² Carta de Innocencio de Mattos Miller a Borges de Medeiros (n. 0147, 19/11/1905 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

³ Carta de Innocencio de Mattos Miller a Borges de Medeiros (n. 0155, 03/12/1913 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS). Esse coronel foi, com certeza, um dos maiores pedintes de favores a Borges. Sobre a tipologia dos “pidões”: o chato insistente, o exigente, o arrogante, o chorão, o tipo modesto, o prático, ver: Carvalho, 2000: 83-117.

Cristiano Ziegler e João Carneiro de Mesquita. Peça vosso pronunciamento respectiva escolha. Aguardo resposta urgente” (FRANCO, 2008: 77). Talvez aí esteja a origem dos confrontos com o ex-vice-intendente Firmino de Abreu, pois já em 1906 se observa a primeira cisão no PRR local, encabeçada pelo notário Firmino de Abreu que, em carta encaminhada a Borges pelo Coronel Marcos de Andrade, afirma a possibilidade de concorrer à eleição intencional:

Tendo o Dr. Miller declarado indicar para o lugar de intendente deste município na eleição de 1º de agosto do ano próximo futuro, seu concunhado, o Sr. Joaquim dos Santos Gama, o eleitorado e mais habitantes estremeceram em face de semelhante resolução, pelo fato de, com a eleição do Sr. Gama, ou outro pelo Sr. Miller indicado, continuar o estado de coisas que até aqui se tem reproduzido em virtude do meio pessoal que rodeia o Sr. Miller, acostumado na prática de revoltantes violências, as quais, além de ofensivas ao Benemérito Governo do Estado, tem posto em debandada o Partido. Com perseguições injustas, acrescentando-se que, os Contrários, aproveitando-se da indisposição do eleitorado para com o Sr. Miller e seu pessoal, trabalham ativamente cabalando-o com o fim de pleitear dita eleição, formando com isso oposição ao Governo. Em vista da disposição do Sr. Miller, contrária à vontade do eleitorado, este em maioria aclama-me futuro intendente, pedindo aceitar o apelo a fim de se dirigir ao Benemérito Chefe, pedindo a indicação de meu nome para o referido cargo. Pedi pequeno prazo para responder, tendo em vista ouvir primeiramente a palavra do Benemérito Chefe, e nestas condições venho impetrar a meu ilustre amigo para com o mesmo confidenciar a respeito e de sua sábia resolução dignar-se informar-me a fim de responder ao apelo que me foi dirigido.⁴

Convém lembrar que Firmino de Abreu era respaldado pelo líder do PRR de Vacaria, Avelino Paim. Seu afastamento da vice-intendência teria feito com que os demais republicanos regionais se afastassem de Mattos Miller, o que se evidencia no caso da disputa da construção de uma ponte que estaria destinada ao Passo do Zeferino (entre o município de Antônio Prado e Vacaria), mas que foi construída no Passo do Korff, sobre o rio das Antas, na divisa entre Caxias e Vacaria, não sem antes ocorrer grande pressão por parte da Associação Comercial de Caxias e do deputado estadual Avelino Paim, como afirma Dalcin Barbosa:

O maior problema a resolver foi sempre relacionado com o transporte, sendo o município cercado por rios, que durante as cheias transbordam e interrompem o serviço das balsas, deixando a comuna isolada durante

⁴ Carta de Firmino Luiz Gomes de Abreu a Marcos de Andrade e encaminhada a Borges de Medeiros (n. 0148, 16/06/1906 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

semanas. Para resolver o grave problema, o Intendente conseguiu obter junto ao governo do Estado uma ponte metálica na Alemanha e destinada ao Passo do Zeferino. Como se sabe, políticos de Vacaria, que não viam com bons olhos o crescente progresso do município vizinho, seu antigo distrito, puderam modificar os planos governamentais do Estado, transferindo a ponte para o Passo do Korff, onde foi inaugurada em 15.2.1907. [...] Foi um dos grandes reveses sofridos por Antônio Prado (BARBOSA, 1980: 36-37).

Além de solicitar o afastamento do padre Carmine Fasulo das colônias italianas, por considerá-lo envolvido na política, “por forma diversa da que devemos adotar”, afastando eleitores do pleito estadual de 1907, Mattos Miller crê que Firmino de Abreu é adversário do candidato oficial do PRR, mesmo que desdenhe sua capacidade como opositor:

Devo acrescentar que, segundo se depreende do local da Gazeta Colonial, que vai junto, algo há com relação à próxima eleição. Outra coisa não posso crer que seja senão o afastamento dos eleitores da eleição e se isso se der, forçosamente será por influência do aludido padre, porque tenho certeza que Firmino de Abreu, por prestígio próprio, é incapaz de afastar um só eleitor, a menos que não lance mão de muito embuste e intrigas, em cuja prática é acostumado. Nestas condições, julgo de meu dever mais uma vez lembrar a V. Ex. a conveniência de conseguir a remoção do padre Carmine para fora das colônias vizinhas se possível for, para cujo resultado muito confio em V. Ex. Sobre Firmino, o que tenho a dizer a V. Ex. é que, apenas aqui chegado, depois de ter arranjado à força de desacato, encontro de 400 eleitores (foram 4 federalistas), tem francamente espalhado que conta com o decidido apoio de V. Ex. e que não sairá daqui, onde será intendente. Nada disso acredito, por isso tenho-o lançado ao desprezo.⁵

Em carta, Firmino de Abreu defende-se de acusações, ao mesmo tempo em que se posiciona contra uma futura candidatura de Cristiano Ziegler para intendente municipal:

Respeitosamente venho declarar a V. Ex. que, quando tive a honra de falar-vos manifestando desejos daqui não sair por vontade minha, visto não ter cometido faltas pelas quais merecesse ser expulso deste lugar, tinha em vista unicamente provar a V. Ex. que meus insignificantes serviços à política local eram dedicados ao vosso benemérito governo e que a perseguição movida contra minha pessoa por ingratos companheiros, a qual prossegue sem piedade [...]. Se V. Ex. não tomar providências para garantir o futuro pleito intencional aqui será perdido.

⁵Carta de Innocencio de Mattos Miller a Borges de Medeiros (n. 0151, 13/02/1907 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

O eleitorado contrariado com a candidatura do Sr. Cristiano [Ziegler] dedica-se com fervor pela candidatura Abbott.⁶

Diante das dificuldades políticas que enfrentava, como a inimizade com o notário Gomes de Abreu e com o padre Carmine Fasulo, Mattos Miller não concorreu à reeleição. Afirmo Sérgio da Costa Franco:

Receoso, talvez, dessa campanha de abstenção [hipoteticamente movida por Gomes de Abreu], Inocêncio Miller desistiu de concorrer à reeleição em 1907 e optou por favorecer a candidatura do Capitão Cristiano Ziegler para seu sucessor. Em maio, o município foi visitado pelo subchefe de polícia da região, Coronel Álvaro Moraes, que a 28 telegrafa ao Dr. Borges de Medeiros informando que o Partido Republicano local prestigiava o Cel. Inocêncio Miller como chefe partidário, mas apoiava o Capitão Cristiano Ziegler para Intendente. O pleito realizado em junho, sem discrepâncias, elegeu Ziegler com 711 votos (2008: 79).

O mandato de Cristiano Ziegler (1907-1910) foi marcado pela permanência do Cel. Miller como principal interlocutor de Borges de Medeiros, mesmo quando o governo estadual passa a Carlos Barbosa, continuando suas queixas contra a atuação do notário Firmino de Abreu. Miller insiste com Borges em prol da retirada do notário do município, ameaçando afastar-se da direção do PRR local. Sérgio da Costa Franco cita mensagens enviadas a Borges:

De 13/dez./1907 é o telegrama do teor seguinte: “Firmino Abreu acaba assacar-me mais uma calúnia a propósito alteração teve ontem seu filho Afonso com comandante polícia Capitão Lopes. Diz ter sido agredido aquele ordem minha. Tudo falso. Cansei suportar infâmias. Firmino mãos V. Ex. remediar situação retirando daqui tal indivíduo”. [...]

É o que se vê no telegrama recebido em 6/jan./1908: “Visto dificuldade retirada Firmino daqui, bem pesar meu comunico V. Ex. não poder continuar chefia local. Incompatibilizado devido permanência tal indivíduo, sob pena minha desmoralização perante município, rogo V. Ex. providência minha substituição”. [...]

Lê-se em telegrama de 16/5/1908: “Notário não votou, ao contrário auxiliou chefe federalista Olímpio. Insisto pedido anteriormente feito remover dificuldades criadas notário, reconhecido, cada vez mais, nosso adversário” (FRANCO, 2008: 80).

Em fevereiro de 1910, o Coronel Miller já se achava na vice-intendência, assumindo a chefia unipessoal do partido no município, em

⁶ Carta de Firmino Luiz Gomes de Abreu a Borges de Medeiros (n. 0153, 07/06/1907 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

decorrência de uma licença por tempo indeterminado de Cristiano Ziegler. Eleito no ano seguinte, Mattos Miller ocuparia a Intendência por mais três mandatos, deixando-a apenas em 1922, e permaneceu fortemente arraigada na personalidade desse coronel a extensão do clientelismo, reflexo de sua presença social, observada em suas solicitações a Borges.

Em meio a seu quinto mandato, o Coronel Mattos Miller, interessado nos rendimentos que o tabelionato lhe daria, já que os encargos seriam exercidos por um ajudante, vê seus pedidos atendidos por Borges. Em carta solicita a nomeação interina do funcionário Afonso Lautert para o Registro Eleitoral, já que, segundo o coronel, esse funcionário “como ajudante está no pleno exercício do cargo de notário, por achar-me no gozo de licença por tempo indeterminado, pensa ficar no exercício dois anos, mais ou menos”.⁷

A decadência política do coronel Mattos Miller dá-se a partir de um constante processo de desprestígio, pois nem chegou a terminar o seu último quadriênio. O ano de 1922 representou a definitiva derrocada de Mattos Miller, na disputa pelo governo estadual entre Borges de Medeiros e Assis Brasil, com a vitória da oposição em Antônio Prado (único município do estado onde isso ocorreu).

A comissão apuradora da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Getúlio Vargas, anulou a eleição do município, sob o especioso pretexto de haver sido iniciada depois da hora estipulada por lei. Porém o resultado da apuração local, informado ao próprio Dr. Borges de Medeiros e constante dos dados de seu arquivo, é de 327 sufrágios em favor de Assis Brasil, contra 76 dados ao candidato situacionista.

Esse resultado adverso fora, aliás, previsto dias antes, num telegrama reservado do vice-intendente Caetano Reginatto: “Fim declinar qualquer responsabilidade inevitável fracasso eleição 25, julgo meu dever qualidade secretário comitê vossa candidatura, informar eminente chefe situação partido aqui desesperadora motivo completo desprestígio intendente se acha ausente tratando próprios interesses, não tendo iniciado trabalho algum propaganda ficando correligionários péssima posição”.

De teor semelhante fora um telegrama passado a 11 de novembro pelo prócer José Victor de Castro ao presidente do Estado: “Intendente Miller desprestigiado consequência desleixo abandono quase completo deveres administrativos políticos, residindo Caxias, onde é negociante mais de ano, pleno exercício cargo. Consta querer imputar-me responsável fortíssima oposição eleição 25, contra que preventivamente protesto [...]” (FRANCO, 2008: 84).

⁷ Conferir carta de Innocencio de Mattos Miller a Borges de Medeiros (n. 0160, 07/12/1916 – Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

Em relação a essa eleição em Antônio Prado, convém lembrar o relato do poeta Cassiano Ricardo, acompanhante da comitiva de Assis Brasil, que realizara comício na vila. Cassiano, aos 24 anos, trocou São Paulo pelo Rio Grande do Sul para o exercício da advocacia, a começar por Vacaria, onde se estabeleceu em 1919, a convite do Coronel Libório Antônio Rodrigues, líder dos maragatos nos Campos de Cima da Serra e um dos fundadores do Partido Libertador. Nas palavras do próprio Cassiano Ricardo:

Anuncia-se o dia da eleição rio-grandense. Não parei um instante. Consegui que Astrogildo Rodrigues, querido colega, me acompanhasse a Antônio Prado, onde não só estive, depois de longa conversa amistosa, a compreensiva adesão de Elisário Paim (irmão de Firmino) ao nome de Assis Brasil, como fui fiscal junto à mesa que presidiu o pleito. Pois aí, num reduto pica-pau, onde Borges nunca perdera uma só eleição, a vitória de Assis Brasil foi algo de espetacular, inédito. Pormenor curioso: o relator da eleição, na Assembleia do Estado, teve de propor a anulação dos votos dados a Assis Brasil, a fim de que não atingissem o terço que impediria a reeleição de Borges, e entre os núcleos da depuração estava justamente o de Antônio Prado, sob o pretexto de ter sido iniciada a eleição depois da hora determinada por lei. O mais curioso, porém, é que só aí vim a conhecer de nome a Getúlio Vargas, então deputado estadual, autor da anulação dos sufrágios que eu e Astrogildo havíamos conseguido para Assis Brasil (RICARDO, 1970: 20-21).

Em Vacaria, Cassiano Ricardo fundou o jornal *A Pátria*, em 1921, caracterizado pela férrea oposição ao borgismo (para cuja direção convidou o seu colega de faculdade André Carrazoni, que seria posteriormente diretor do *Correio do Povo*). Porém, o “fato de ter se envolvido com as disputas políticas locais e ser ameaçado de morte levou-o a retornar à Paulicéia em 1923” (BERTOLI FILHO, 2000: 244).

Mattos Miller deveria exercer o cargo até agosto de 1923, mas o entregou para o vice-intendente, ex-professor de Nova Roma, Caetano Reginatto (uma de suas primeiras medidas foi criar o distrito de Nova Roma), em dezembro de 1922, que completou interinamente seu mandato e foi eleito, em 1923, para o quadriênio que iria até 1927. Reginatto enfrentou dificuldades administrativas devido às finanças do município, ao ter assumido “a responsabilidade de saldar a dívida de 40.041\$520 proveniente da aquisição da suntuosa casa do Sr. Vitório Faccioli para prédio da Intendência Municipal, transação efetivada por seu antecessor, intendente Innocencio de Mattos Miller” (BARBOSA, 1980: 55).

Percebe-se que Reginatto não era uma liderança forte, com capacidade de contentar as facções do PRR local, a comprovar a

formação de uma comissão executiva no município, pois “dadas as dificuldades decorrentes da revolução de 23 e outra derrota eleitoral sofrida em 24” pelo PRR de Antônio Prado, “Caetano Reginatto não pôde afirmar-se como liderança unipessoal. Já em 23/09/24, sob orientação do subchefe de polícia Elysário Paim, formou-se uma Comissão Executiva do Partido, composta por sete membros, sob a presidência do Dr. Oswaldo Hampe” (FRANCO, 2008: 85). É constituída uma Comissão Executiva que se opunha ao intendente Reginatto, acusando-o de abuso de poder e pretensão à chefia unipessoal no município, que jamais se daria sem amparo borgista e das facções locais:

Foi instituída pelo vosso representante, o Cel. Elysário Paim Neto, uma comissão executiva do partido local e da qual tenho a honra de fazer parte, com o fito de dirimir certas e inevitáveis pendências surgidas em torno da ação política do Sr. Caetano Reginatto, intendente e, até então, chefe unipessoal de nosso partido aqui. Pendências essas fundadas em muitas razões, dentre as quais, o que mais profundamente abalou é o fato de que, há poucos meses, neste município desenrolaram-se inqualificáveis desmandos sob a inspiração direta do mesmo Sr. Caetano Reginatto, dentre esses o de virem, às altas horas da noite, os soldados do 8º Corpo Provisório chicotearam cidadãos pacatos e, ao dia seguinte, o comandante deste Corpo era o primeiro a sair publicamente dizendo que tais atrocidades se deram exclusivamente por ordem do Sr. Caetano Reginatto. Daí, ante essa panacéia, é que certos companheiros de valor social e, especialmente, eleitoral, afastaram-se do referido Sr. Caetano Reginatto, eximindo-se de serem apontados de coniventes desses desmandos e abusos de poder; eis benemérito chefe, a causa justa aliás, da formal e evidente repulsa à permanência do Sr. Caetano Reginatto [...]. Está ele, atualmente, sendo processado sumariamente pelo conselheiro municipal Ângelo Baréa, comerciante desta localidade e pai do cônego Baréa, secretário do arcebispo metropolitano; motivou este processo por ser este conselheiro municipal arbitrariamente preso por sua ordem. Não estão outros processos movimentados contra sua pessoa tão somente em vista de, habilmente, estarem três autos de corpo de delito montados na delegacia de polícia, sem vistos à Promotoria Pública da Comarca, por falta do respectivo andamento processual. Com a permanência dele na função intencional, ao que tenho auscultado dos colonos, comerciantes e povo em geral deste município, o resultado da Comissão Executiva é quase absolutamente nulo, pois o pomo da discórdia é unicamente Caetano Reginatto.⁸

⁸ Carta de José Dotti a Borges de Medeiros (n. 161, 21/10/1924, Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS). Em anexo, ata de instalação da Comissão Executiva do PRR em Antônio Prado, datada de 23/09/1924 (n. 00161.1), com as assinaturas de: Elysário Paim Netto (subchefe de polícia, representando Borges de Medeiros), Oswaldo Hampe (presidente da Comissão Executiva), Caetano Reginatto (intendente municipal), Francisco

Anexa à carta mencionada acima se encontra a ata de instalação da Comissão Executiva em Antônio Prado, instituída por um representante de Borges, Coronel Elysário Paim Neto, subchefe de polícia. Essa medida comprova que a estratégia borgista de prestigiar chefias unipessoais nos municípios, após seu retorno ao executivo estadual (1913), não mais cabia para o contexto pós-Pacto de Pedras Altas, pois nesse momento, mais do que garantir a dominação borgista, provocava dissídios nos poderes locais.

Assim, as comissões executivas obtiveram uma importância que a conjuntura anterior não permitia. Surgidas devido ao descontentamento de lideranças com alguns intendentes, essas comissões prestavam-se à conciliação de facções do PRR. As discórdias em relação ao intendente Caetano Reginatto são decorrentes das tensões geradas pelo conflito de 1923. Assim, o intendente “foi obrigado a usar de extrema energia a bem da ordem”, além de que viu-se “constrangido a arremeter soldados voluntários entre os colonos, requisitar animais, caminhões, gêneros alimentícios, em favor das tropas legalistas”, que, obviamente, foram “medidas extremas pouco simpáticas, criando uma situação de hostilidade entre os agricultores e as autoridades municipais” (BARBOSA, 1980: 54).

Apesar de pressão da Comissão Executiva, Reginatto continuou como intendente até 1927, mesmo que a Comissão tenha continuado como intermediadora da administração local com o poder estadual, expressando as facções em conflito, ao englobá-las, mas também controlando-as. Essas Comissões “intervinham na esfera administrativa dos municípios, especialmente indicando ou solicitando a demissão de determinados funcionários”, mais uma vez pontuando que essa estratégia servia “como um elemento de barganha”, a demonstrar que, “mesmo atuando na esfera administrativa, as Comissões Executivas parecem ter visado prioritariamente a objetivos políticos” (FÉLIX; KLEBER; SCHMIDT, 1992: 152).

O desprestígio do intendente Reginatto era evidente, de modo que as cartas a Borges de Medeiros passam a ser enviadas pela Comissão e não pelo intendente. A Comissão indica substitutos aos conselheiros municipais que renunciam a seu cargo (Ângelo Baréa e Pedro Donida), além de indicar o comerciante Francisco Marcantonio para o posto de intendente (cargo que ocupou até 1935, como prefeito), não sem antes haver oposição de Reginatto:

Na mesma ocasião, o pleito para conselheiros municipais foi conturbado em razão de uma manobra do Intendente Caetano Reginatto, que causou inconformidade entre conselheiros eleitos. Laurindo Paim Sobrinho e

Marcantonio, Domingos Grazziotin (tesoureiro da Comissão), Vicente Parolini, José Dotti e Carlos Ziegler (secretário da Comissão).

José Cesa resignaram a seus mandatos, com telegramas indignados, que dirigiam a Borges de Medeiros. Laurindo conclui seu telegrama escrevendo: “Contra mesmo Intendente muitas coisas depõem contra sua idoneidade pessoal”. Quanto a José Cesa, este igualmente endereçou protesto ao Presidente do Estado: [...] “Comunico-vos renuncio cargo conselheiro para o qual fui eleito, ao que sou forçado fim manter elevada minha dignidade” (FRANCO, 2008: 86).

De Antônio Prado é enviada uma longa carta de Oswaldo Hampe, devido ao fato de a eleição de 1926 possuir menos 99 votos do que a eleição de 1922. As justificativas para o fato demonstram um completo atestado de incompetência da Comissão Executiva local, por haver delegado a apenas um funcionário a qualificação de eleitores e por ser o elevado número de analfabetos uma das razões da escassa votação:

Chegou ao nosso poder vosso telegrama de congratulações pelo resultado da última eleição. Nele percebo que ficastes tocado com a diferença de 99 votos de 1922 para 1926. Há efetivamente razão de chamardes a nossa atenção para este fato. Contudo, levarei a vossa ponderação os seguintes fatos:

- a) Em 1922 a eleição [...] com títulos estaduais, ao passo que nesta os [...] títulos eram federais. Desnecessário torna-se dizer-vos que a lista dos primeiros era muito maior que a dos últimos.
- b) Daquele tempo para cá tem saído daqui, como de toda colônia em geral, um grande número de famílias com destino aos novos e florescentes núcleos coloniais de Santa Catarina e Paraná, pertencentes a diversas empresas colonizadoras rio-grandenses.
- c) Parece-me ter havido abstenção mais ou menos notável em diversos municípios. Neste, na realidade, creio ter sido ela diminuta, pois houve 478 votos autênticos para um máximo de 600 eleitores federais, dos quais alguns correligionários se achavam ausentes.
- d) Votaram conosco [...] influentes opositores em 1922 e 1923.
- e) Os 478 votos obtidos são todos autênticos, sem exceção, e dados sem relutância. Talvez outros municípios de maior eleitorado não tenham dado uma proporção tão favorável de votos reais.
- f) Há realmente uma coisa [...] que deixou a desejar. Foi a qualificação. Esta foi nula. Não por causa da Comissão, pois para ela foi deliberado o procedimento em maior escala possível da qualificação eleitoral, conforme acha-se documentada em ata no livro da Comissão. A falta, creio, pertenceu ao Coletor Estadual, o qual se encarregaria deste serviço e para o qual parece-me ter demonstrado grande desinteresse. É evidente que tanto eu como outro qualquer membro da Comissão Executiva do Partido Republicano, todos homens de grandes afazeres, não podíamos diretamente encarregar-nos deste trabalho, o qual foi conferido à direção de um funcionário que deveria ter [...] desenvolvido interesse em prestar este auxílio à situação [...].

g) O analfabetismo que se observa em diversos habitantes deste município contribui também, numa certa medida, para a deficiência de eleitores [...].⁹

Na carta de Oswaldo Hampe se percebe que o fracasso borgista em Antônio Prado, nas eleições de 1922, ainda se fazia presente, ao afirmar a inexistência de oposição no município, ao acentuar que a situação partidária seria boa e ao pontuar os esforços da Comissão Executiva em manter o partido unido. Em outra carta, comprovando o poder político da Comissão, Hampe informa a Borges que “assumiram cargos eletivos deste município todos os indicados pela Comissão”, sendo que esta propõe substituir Carlos Ziegler, coletor estadual e ex-secretário da própria Comissão, por José Fialho de Vargas, também aclamando Francisco Marcantonio, eleito intendente em 1927, como vice-presidente da referida Comissão, “com o fim de presidir as sessões nas ocasiões que me for impossível de tal fazer”, além de “com o fim de produzir um maior entusiasmo e de obter um maior comprometimento para com o Partido, a indicação de suplentes”.¹⁰

Assim, as condições da manutenção do poder coronelista na RCI davam-se através da aliança ou troca de favores entre as lideranças políticas, econômicas e religiosas regionais com o poder estadual (do atendimento ou não dessas demandas decorria a “pacificação” de conflitos localizados); por meio da nomeação de coronéis às Intendências Municipais (com o intuito de afastar facções ou lideranças locais de tal posto); através da retirada de alguns elementos partidários que pudessem causar embaraço ao poder do PRR na região (desde que não proporcionasse a supremacia de uma facção partidária sobre seus adversários) e por meio de um gradual processo de obtenção de cargos públicos por parte das lideranças econômicas regionais (primeiramente restrito aos Conselhos Municipais e, após, às Intendências).

Em busca do processo conclusivo da pesquisa acerca do coronelismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, tem-se a convicção de que as conclusões podem servir de ponto de partida para novas pesquisas, questões e interpretações sobre a temática.

⁹ Carta de Oswaldo Hampe a Borges de Medeiros (n. 162, 14/03/1926, Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS).

¹⁰ Carta de Oswaldo Hampe a Borges de Medeiros (n. 163, 25/08/1927, Fundo Antônio Prado/ABM/IHGRGS). Francisco Marcantonio, intendente desde 1927, continuou como prefeito de Antônio Prado até 1935; Oswaldo Hampe, ainda nessa gestão, foi eleito deputado estadual, e seu irmão, Oscar Hampe, foi o segundo prefeito de Antônio Prado, governando até 1938.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: EST, 1980.
- BERTOLLI FILHO, Cláudio. Sérgio Buarque e Cassiano Ricardo: confrontos sobre a cultura e o Estado brasileiro. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000. p. 237-254.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *Sobre a televisão: seguido de A influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. Rui Barbosa e a razão clientelista. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 83-117, 2000.
- FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-125.
- FÉLIX, Loiva Otero; KLEBER, Haike Roselena; SCHMIDT, Benito Bisso. *Relações de poder local X poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul na Primeira República*. Porto Alegre: Relatório Final de Pesquisa/CNPq, mar. 1992.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Os intendentes municipais de Antônio Prado e o presidente Borges de Medeiros. In: GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (Orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2008. p. 75-87.
- GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991.
- HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. Cultura política: as mediações simbólicas do poder. In: ROSSINI, Miriam de Souza; WEBER, Nádia Maria; PESAVENTO, Sandra (Orgs.). *Narrativas imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p. 172-184.
- PERISSINOTTO, Renato. História, sociologia e análise do poder. *Revista História Unisinos*. São Leopoldo: UNISINOS, v. 11, n. 3, p. 313-320, set.-dez. 2007.
- RICARDO, Cassiano. *Viagem no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.
- STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: Ed. UnB, 2004. p. 933-943.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora: UFJF, v. 3, n. 1, p. 84-97, jan.-jun. 1997.